

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

ALGUNS ASPECTOS DE BUENOS AIRES NO SÉCULO XVII (*).

(Resumo).

EMANOEL SOARES VEIGA GARCIA

do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universi-
dade de São Paulo.

A aplicação da Real Cédula de 7 de fevereiro de 1622 foi a grande responsável pelo agravamento da economia portenha. Antes da medida oficial em preço, a cidade de Buenos Aires já enfrentava sérios embaraços provocados pela irregularidade de seu relacionamento comercial. É evidente que a vida da cidade estava na dependência do funcionamento do seu porto. Este, desde a 1.^a fundação de Buenos Aires esteve sujeito a rigorosas restrições. Constantemente partiam do Cabildo patéticas petições à cupula espanhola no sentido de obter uma possível abertura para as lides comerciais. Dentre as pretensões mais insistentes da população portenha destacava-se a permissão para o estabelecimento de relações comerciais com a costa brasileira. Durante o século XVI baldados foram todos os esforços feitos nesse sentido. Tanto é verdade que na abertura do século XVII, Buenos Aires contava tão somente com 526 habitantes e vivendo em condições sub-humanas, experimentando toda a sorte de vicissitudes. Em 1602, através de uma Real Cédula a Coroa espanhola relaxava a proibição que envolvia o porto de Buenos Aires. Pelo prazo de 6 anos foi facultado o comércio com a costa brasileira. Posteriormente, graças às gestões do Cabildo essa permissão mercantil foi prorrogada várias vezes, o que possibilitou o desenvolvimento do tráfico comercial de forma apreciável.

(*). — Comunicação apresentada na 3^a sessão de estudos, Equipe A, no dia 4 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

Por outro lado, levando-se em conta a desproporção entre as cifras de importação e exportação, chega-se facilmente à conclusão da existência de meios clandestinos de comércio. De acordo com as estatísticas registradas no *Registro Estadístico de Buenos Aires* publicados por Manuel Ricardo Trelles em Buenos Aires, 1865, as importações atingiram a cifra de 7.533.123 Reales de Plata, enquanto as exportações alcançaram apenas 1.151.608 Reales de Plata.

Trata-se sem dúvida, de uma flagrante prova do contrabando. De fato, todas as aberturas precárias concedidas ao porto de Buenos Aires favoreceram a mudança das atividades contrabandistas. Não foi por outra razão que a cúpula espanhola louva por bem adotar as medidas previstas na Real Cédula de 7 de fevereiro de 1622. Através dessa nova determinação oficial ficava terminantemente proibida a introdução de moedas de prata e de ouro lavrado, em Buenos Aires. Além dessa terrível proibição a real cédula em questão estabelecia uma aduana seca em Córdoba. Com efeito, as mercadorias porventura introduzidas no porto de Buenos Aires, através dos *navios de permiso*, ao transitarem por Córdoba, única rota existente para Tucuman e Alto do Perú, eram taxadas em 502 de seu valor em Potosí.

Não surtiram o menor efeito os protestos do Cabildo. Este, desesperadamente enviou a Juan de Amunarris à Espanha numa tentativa de anular a malfadada Real Cédula de 1622 que praticamente estabelecia o divórcio entre o litoral e o interior rioplatense. A Coroa mostrou-se inflexível, estabelecendo-se dessa forma uma terrível barreira entre Buenos Aires e a zona interiorana platina, de vez que a aduana seca de Córdoba praticamente proibida as relações comerciais com Tucuman e o Alto do Perú. A única solução que se oferecia à pequena e pobre população portenha, a título de atender à sua preservação, era o contrabando.

As autoridades espanholas encarregadas de reprimi-lo não raras vezes viam-se por ele envolvidas. Poder-se-ia citar por exemplo o governador Diego Maria Negrón (1609-1613). Contando com a cumplicidade do seu governador Simon Valdez, esse peculatório governante facultou abertamente a prática contrabandista. Valendo-se do seu prestígio pessoal, Diego Maria Negrón logrou várias vezes a prorrogação da Real Cédula de 1602. É claro que a vigência dessa permissão real servia para camuflar o contrabando, do qual o desonesto governador tirava partido. Foi nessa época que o porto de Buenos Aires viu-se bastante movimentado, tendo em vista a frequência de numerosos navios que dessa forma promoviam o intercâmbio comercial com as regiões vizinhas. Estas conseguiam vender couros a preços

elevados e compravam escravos negros para atender aos reclamos de mão-de-obra. A cidade de Buenos Aires florescia ao sabor das lides comerciais ilícitas. Entretanto, tão logo voltavam a prevalecer as restrições comerciais que na prática fechavam o porto, justamente quando ocorria a substituição das autoridades venais por funcionários governamentais rigorosamente honestos, Buenos Aires retornava a situação de miserabilidade. Nessas oportunidades os portenhos rogavam aos ceus em favor da vinda de outro governador improbo que lhes permitissem viver à custa do contrabando. Foi o que aconteceu no decurso da administração de Hernandários. Este procurou sempre reprimir com toda energia a prática contrabandista. Seu governo foi um período de agonia para Buenos Aires. Fiel cumpridor das cédulas reais, o governador em foco preferiu a desgraça junto à cúpula espanhola do que relaxar sua ação repressiva ao contrabando.

A partir da 2.^a metade do século XVII Buenos Aires teve uma fase caracterizada por terríveis problemas econômicos, cuja repercussão se fizera sentir em todos os setores de sua vida urbana. Como exemplo poder-se-ia citar alguns aspectos da vida social da cidade. Vejamos alguns dados estatísticos sobre matrimônios, no período de 1652 a 1661. De acordo com as informações de Nicolas Bejio Moreno, em sua obra intitulada: *Buenos Aires — puerto del rio de Plata*, editada em Buenos Aires em 1936, tão somente 8 casamentos no período citado. Ainda o mesmo autor nos informa que de 1675 a 1700 foram registrados uma média de 40 enlances matrimoniais por ano. Por outro lado, a pobreza atuava nas condições higiênicas a ponto de comprometer a saúde pública. Terríveis epidemias, a saber: varíola, febre tifóide, dizimavam impiedosamente a população portenha. Foram registrados em 1652 — 446 óbitos. Nesse ano a população de Buenos Aires era da ordem de 3.100 habitantes. O índice letal foi verdadeiramente espantoso, pois morreu uma pessoa em cada 7 moradores da cidade. Esta apresentava-se extremamente pobre. A execução dos edifícios públicos, raros aliás, bem como as residências das autoridades espanholas, todas as construções eram precárias e miseráveis.

Com efeito, esses aspectos dramáticos da História Seiscentista de Buenos Aires evidenciavam sobretudo o seguinte: o ser pela segunda vez fundada, dificilmente poderia enquadrar-se na engrenagem mercantil que a Espanha havia determinado a título o seu sistema monopolista. O seu porto estava aliado das rotas oficiais. De nada valeram os constantes apelos do Cabildo de Buenos Aires. Qualquer alteração do sistema encontrava a mais séria oposição dos comerciantes de Lima. Estes, de fato, formavam um grupo poderoso e absorvente que bem cedo viu-se prestigiado pela Coroa da Espanha através

dos privilégios do Tribunal do Consulado de Lima. Enquanto prevaleceu o regime de *Flotas y Galeones*, reuniam seus capitais e se dirigiam a Portobelo a fim de participar das feiras. Lá, trocavam seus metais (ouro e prata) por mercadorias de procedência européia. Retornando a Lima organizava as suas feiras onde realizavam uma operação inversa, isto é, transformavam em metais preciosos as mercadorias recém-importadas. De acordo com Guilherme Cespedes del Castillo o resultado dessas operações se lhes afigurava muito compensador, a saber um lucro de 40%. Não era de se esperar, por conseguinte, numa atenção melhor da cúpula espanhola que resguardasse o pequeno e pobre vilarejo rioplatense, justamente porque a conjuntura jamais se mostrava cada vez mais atraente. De fato, a Espanha não tratou de povoar o litoral atlântico e tão pouco ofereceu a Buenos Aires a oportunidade de desenvolver-se. Muito ao contrário, travou a expansão “portenha” provocando uma situação de estancamento que contrastava com o dinamismo das regiões peruanas. Dessa forma, a cidade de Buenos Aires, por ocasião do século XVII, não conseguiu superar os seus problemas econômicos, conservando-se dentro de um quadro de extrema pobreza que continuaria até a 2.^a metade do século XVIII.

Nessa época, sob a égide da administração de Carlos III, Buenos Aires iria encontrar as grandes oportunidades que lhe facultaria transformar-se num grande centro urbano.